

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1 – Identificação da Unidade Demandante

Unidade Demandante	SECRETARIA DE POLÍCIA JUDICIAL		
Responsável pela Unidade	RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO	Matrícula	2710
E-mail da Unidade	spi@trt6.jus.br	Telefone	81 3225 1302

2 – Identificação da Demanda

Descrição sucinta do objeto	Aquisição de transceptor portátil digital e acessórios				
Data pretendida para contratação	31/10/2025	Valor total estimado	R\$ 217.110,00	Grau de prioridade	Baixo

2.1 - Detalhamento dos itens da contratação

Item da contratação	Transceptor portátil digital.				
Quantidade estimada	86	Unidade de medida	Unidade	Valor unitário	R\$ 2.000,00
Item da contratação	Fone de ouvido com botão PTT, em forma côncava, tipo D, e microfone no fio para acesso rápido, compatível com o item 01.				
Quantidade estimada	50	Unidade de medida	Unidade	Valor unitário	R\$ 259,00
Item da contratação	Antena do rádio transceptor portátil digital.				
Quantidade estimada	40	Unidade de medida	Unidade	Valor unitário	R\$ 335,00
Item da contratação	Bateria do rádio transceptor portátil digital.				
Quantidade estimada	40	Unidade de medida	Unidade	Valor unitário	R\$ 469,00

3 – Indicação de servidor(a) da unidade demandante para participação no planejamento da contratação

Servidor(a) para participar do planejamento	HUMBERTO MARINHO DA COSTA VIEIRA DE MELO	Matrícula	7544
E-mail do Servidor(a)	humberto.melo@trt6.jus.br	Telefone	81 3225-3225

4 – Justificativa da Necessidade da Contratação com Indicação dos Resultados

A aquisição de 86 rádios transmissores portáteis digitais é essencial para a **segurança institucional** e a **efetividade dos serviços** prestados pela Polícia Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6).

A comunicação ininterrupta entre os agentes da polícia judicial é crucial, especialmente durante situações de urgência, emergência, escoltas, eventos e diligências em áreas com cobertura de telefonia precária.

Situação Atual

O modelo atual de rádios transmissores disponíveis à polícia judicial é insuficiente e ineficiente, resultando na **necessidade de substituir todos os equipamentos por novos**.

- **Rádios antigos e obsoletos:** 31 rádios Motorola DEP 450 adquiridos em 2016 estão obsoletos e sem pleno funcionamento e serão doados.
- **Rádios danificados:** Dos 50 rádios Motorola DEP 450 comprados em 2019, aproximadamente 40% estão danificados.
- **Dificuldade de manutenção:** O modelo Motorola DEP 450, atualmente em uso, não é mais fabricado pela Motorola, o que torna a manutenção financeiramente e tecnicamente inviável.
- **Falta de equipamentos:** A escassez de rádios disponíveis tem levado a situações em que **agentes da Polícia Judicial precisam compartilhar rádios**, comprometendo a prontidão e a eficácia das ações de segurança.
- **Demanda adicional:** Há uma solicitação pendente de 6 rádios para a unidade de ceremonial do TRT6.

Diante disso, o número de rádios disponíveis não atende a demanda de todas as unidades do TRT6, tanto na região metropolitana quanto no interior.

Os novos equipamentos permitirão:

1. A **substituição imediata e integral dos equipamentos**, garantindo maior confiabilidade.
2. O **reforço da comunicação** nas unidades existentes.
3. A **distribuição de novos rádios** para fóruns que ainda não possuem esse recurso.
4. Disponibilização de **equipamento transceptor individualizado para cada agente**, eliminando a necessidade de compartilhamento e elevando o nível de segurança.
5. O uso de **50 fones**, que são indispensáveis para **operações com autoridades e em situações que exigem discrição**.
6. A compra de **40 baterias e 40 antenas**, que por serem os itens que mais se danificam, **garantirão a disponibilidade contínua dos equipamentos**, maximizando a vida útil dos aparelhos e minimizando o tempo de inatividade.

Essa aquisição é fundamental para reduzir riscos aos agentes e aumentar a eficiência da segurança como um todo. A proposta está alinhada às recomendações do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e do **Conselho Superior da Justiça do**

Trabalho (CSJT), que visam o aprimoramento contínuo da segurança institucional.

5 – Vinculação ou dependência com o objeto de outro DFD

Proad 27.809/2018.

6 – Alinhamento Estratégico

6.1 – Indique os objetivos estratégicos aos quais a contratação se alinha.

Objetivo Estratégico Institucional	
	<i>Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais</i>
	<i>Promover o trabalho decente e a sustentabilidade</i>
	<i>Garantir a duração razoável do processo</i>
	<i>Promover a integridade e a transparéncia em relação aos atos de gestão praticados</i>
	<i>Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas</i>
	<i>Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas</i>
	<i>Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica</i>
	<i>Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira</i>
	<i>Incrementar modelo de Gestão de Pessoas</i>
	<i>Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados</i>
<input checked="" type="checkbox"/>	<i>Aprimorar a infraestrutura física, material, de TIC e de segurança institucional</i>

6.2 – Esclareça como a contratação está alinhada aos objetivos indicados no item anterior, e os seus impactos em indicadores do Plano Estratégico ou do Plano de Logística Sustentável do Tribunal, bem como se contribuirá para a promoção de políticas públicas adotadas pelo Tribunal.

6.2.1. A aquisição em tela tem como escopo promover a melhoria da estrutura do material de segurança utilizado pelos Agentes da Polícia Judicial do TRT6 para o enfrentamento de complexas situações operacionais de trabalho, zelando pelo cumprimento de suas atribuições regulamentadas pela resolução CNJ n 344/2020.

6.3 – Informe se a contratação foi prevista em projetos, planos de ação, planos diretores, táticos ou outros.

6.3.1. A contratação pela Secretaria da Polícia Judicial está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, contudo, buscaremos a execução em 2025 por meio de remanejamento de recursos de outras unidades.

7 – Restrições (se houver)

Não há.

Recife, data conforme assinatura digital.

RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO
DIRETOR DA SECRETARIA DE POLÍCIA JUDICIAL